

# Carajás exige muito mais

Lúcio Flávio Pinto

A Província Mineral de Carajás é constituída por um conjunto de serras que ocupam 450 mil hectares de terras situadas 500 quilômetros a sudoeste de Belém. No alto das serras com 700 metros de altitude, uma vegetação rasteira — que nas encostas se adensa, transformando-se numa floresta exuberante — e vários lagos, perenes ou temporários, escondem 18 bilhões de toneladas do melhor minério de ferro do planeta. Na serra há também outros minérios, dos quais o manganês também já começou a produzir e o cobre e o ouro estão em vias de definição econômica. A relação de ocorrência, no entanto, deverá ser bem mais extensa: afinal, a pesquisa geológica sistemática na região tem apenas duas décadas de existência.

Da serra, o ferro e o manganês já estão sendo escoados por uma ferrovia de 890 quilômetros até o litoral do Maranhão. Dentro de dois anos a produção de ferro chegará a 35 milhões de toneladas, a metade de um projeto que exigiu 2,8 bilhões de dólares. Logo a ferrovia estará carregando um milhão de toneladas de manganês e talvez no início da próxima década também já esteja transportando concentrado de cobre.

Junto com essas atividades de mineração, indústrias siderúrgicas — de ferro gusa, silício, liga, ferro manganês e aço — vão rapidamente ocupando espaços ao longo da ferrovia atraídas pelas facilidades da infraestrutura montada, dos benefícios concedidos pelo governo e da abundante matéria-prima que pode ser obtida. O surgimento dessas atividades provocou um êxodo humano, que deu a Marabá 20% da população de Belém (nas atuais condições, um presente de grego) e espalhou no espaço entre a cidade e a serra aproximadamente 150 mil pessoas, aglomeradas em algo que se assemelha a cidades.

Durante quatro dias desta semana, nos salões do único hotel cinco estrelas de Belém, o Hilton, 100 cientistas, pesquisadores e técnicos, parte dos quais trazidos de vários pontos do mundo com todas as despesas pagas pelo anfitrião, discutiram — sob o patrocínio da Companhia Vale do Rio Doce, a empresa — líder em Carajás — as consequências do desenvolvimento econômico sobre o meio ambiente nos trópicos e as possibilidades de compatibilizar os dois termos geralmente conflitantes dessa oração principal, mas subordinada, do discurso feito abaixo da linha do Equador.

Uma agenda picada por comunicações de morfologia e anatomia dos eventos ecológicos parece ter deixado alguns dos participantes receosos de que a discussão se tenha desviado do econômico e do impactante para um sinerônico desfiar de trabalhos desconexos, ainda que relevantes e bem feitos. O tom marcante do seminário foi um modulado zumbido acadêmico, que certamente contrasta com a zoeira da dinâmica humana e ecológica que se tem observado já experimentada no momento. Não por acaso, um grupo de intelectuais, respaldados por instituições locais, como o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, promoveu um debate na noite de quinta-feira, no auditório do Idesp, que suportou altaneiramente quatro horas de carga verbal pesada. É possível que neste último encontro tenha faltado o rigor metodológico do se-

minário realizado sob a proteção das aconchegantes instalações do Hilton. Mas sobrou-lhe o calor que emana do caldeirão em plena combustão de Carajás e que faltou no frio seminário da CVRD. Certamente um intercâmbio entre os dois produziria um resultado mais próximo da realidade e dos anseios humanos do que os frutos isolados de cada um. Mas o isolamento é um dado — e nada fortuito.

A CVRD, a maior das empresas brasileiras do setor mineral, tem seus motivos de orgulho para advertir que nenhuma outra corporação tem manifestado tantas preocupações com o meio ambiente. Ela própria está fazendo, em Carajás, o que esqueceu de fazer no quadrilátero ferrífero de sua terra natal, Minas Gerais. Lá, tenta recuperar e corrigir erros e distorções que acredita prevenir na sua nova fronteira tropical. É difícil que consiga escapar ao vedito penetrante e definitivo do mais ilustre dos mineiros, o poeta Carlos Drummond de Andrade, que viu sua cidade varrida pela poeira do minério e, vendo as montanhas desaparecerem sob a fúria das máquinas, colocou Itabira na parede para ver se ela sobrevivia ao menos como um quadro sustentando a memória.

A Vale não repetirá em Carajás as agressões perpetradas em Minas, onde dois séculos de mineração de baixo nível parecem ter sido suficientes para embotar as consciências. Mas entre o começo da CVRD em Minas e seu início na Amazônia decorreu meio século. Terá a empresa evoluído tanto quanto as expectativas mais legítimas e contemporâneas de um cidadão deste final de século?

As expectativas não devem ser medidas pelo que espera um morador de Rio Verde, aglomeração de 30 mil pessoas precariamente reunidas a 200 metros de uma cidade planejada para uma criatura que foi imaginada nas pranchetas dos engenheiros, mas inexistente. O nível de cobrança não deve ser o do itabirense de 50 anos atrás, nem do morador de Rio Verde de hoje, esmagado pelos paradoxos visíveis a olho nu. Esse nível deve ser estabelecido pelo melhor padrão que a humanidade pode oferecer com seus recursos científicos de antecipação.

Este é o ponto nevrálgico: estará a CVRD desenvolvendo uma política de antecipação proporcional às transformações provocadas por sua intervenção numa área tão complexa como a de Carajás? Para quem maneja com destreza estatísticas, um número impressiona: em cinco anos de "política ativista" em relação ao meio ambiente, a Vale gastou 53 milhões de dólares. Esta quantia representa 2% do investimento feito no Projeto Ferro, o mais volumoso dos empreendimentos de mineração, mas cuja agressão é menos grave do que a que virá com a extração e concentração do cobre. Por isso, para falar dos assuntos que se anunciam.

A Mineração Rio do Norte, empresa coligada à CVRD, geralmente detratada por sua insensibilidade ecológica (o médico Camilo Viana a puniu com a denominação de "empresa genocida"), gastará, nos próximos 30 meses, 10% a mais de todo o seu investimento na mineração de bauxita para eliminar a poluição pelos rejeitos da lavagem do minério. Serão os mesmos 53 milhões

de dólares da CVRD, mas enquanto esta tem um projeto de US\$ 2,8 bilhões, o da MRN é de US\$ 500 milhões. Sem contar o que já gastou com ecologia em anos anteriores.

A tantas cobranças que lhe têm sido feitas, a CVRD pode responder mostrando que sua responsabilidade se restringiria aos 450 mil hectares da província mineral, ao eixo da ferrovia e aos 2.200 hectares do porto da Ponta da Madeira. Os 98 milhões de hectares do programa mais amplo estão sob a jurisdição de um conselho interministerial. Juridicamente a argumentação procede. Mas não existe ordem jurídica legítima que não se funda na justiça social.

Ao instalar uma porteira no pé da serra e planejar uma cidade asséptica em Parauapebas, a Vale parecia ter a ilusão de poder isolar-se do mundo ao redor, que se adensava e ampliava como uma ameiba miserável. Mas esse corpo disforme e caótico é perpassado pelos trens modernos de carregar minério. Nos dois pontos extremos de sua linha, a mina e o porto, ele está atualizado à época. No meio, os conflitos com índios, garimpeiros e posseiros, sugerem que estamos pelo menos um século e meio atrasados. A atualização é econômica. O atraso é social. O Estado empolga-se com o primeiro e distribui migalhas ao segundo. A consequência é o permanente estado de tensão e sobressalto, que constantemente resulta em explosão.

Montar parque zoológico, fazer hidrosemeadura, apoiar a pesquisa pura, tudo isso valoriza a empresa. Mas é apenas a borda rendada de um tecido roto, que se esgarça e não consegue cobrir o corpo, nem dar-lhe calor. Um grande projeto cristaliza-se como enclave para escapar a esses efeitos gerados fora de suas porteiras, crente de que seus nexos se estabelecerão diretamente com o comprador ultraoceânico. Mas a maré social adversa e o efeito multiplicador perversos afetam o todo. E é ao todo que devemos olhar, não a peças isoladas, por mais bem empalhadas que elas tenham sido.

Durante o simpósio falou-se da equação teórica que pode transformar a bela paisagem de Carajás, exemplar raro na geografia da mineração, em uma Cubatão verdadeiramente tropical. Bastará instalar uma usina geradora de metais pesados na direção dos ventos dominantes, que eles se encarregarão de levar os componentes agressores no rumo da serra coberta de vegetação. A previsão não passaria de um ensaio de museu dos horrores se a componente inicial da trama já não estivesse instalada e o governo, coadjuvante obediente, também não estivesse em ação para favorecê-la.

Sempre são proveitosos e enriquecedores esses encontros. Mas, ao seu final, mesmo entre as paredes espelhadas de um hotel de luxo, tem-se a sensação de que Carajás, por seu patrimônio valioso, que combina minério abundante com água, floresta, animais e gente exuberantes, exige muito mais. E de que apenas estamos arranhando um problema que, se não for tratado adequadamente e a tempo, com mais coragem, se transformará num monstro semelhante ao que atemoriza os mineiros e os paulistas, esmagando os paraenses.



CT 101813

**O LIBERAL**

Belém, sábado, 04 de outubro de 1986